

SOFTWARE DE APOIO ADMINISTRATIVO PARA CONTROLE E GERENCIAMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

Ana Carolina Dantas Medeiros¹; Adriano Ferraz da Costa².

¹Discente de Sistemas de Informação, UEG – UNU Santa Helena de Goiás;
kharollyna@hotmail.com.

²Docente de Sistemas de Informação, UEG – UNU Santa Helena de Goiás;

Resumo: As questões trabalhistas tomam grande espaço dentre as preocupações humanas, esta ocorrência significa que a falta de segurança no âmbito ocupacional demonstra resultados alarmantes na sociedade atual. Desta maneira, havendo a oferta de equipamentos de proteção individual – EPI é expressamente importante adotar medidas de controle da entrega destes, visualização de forma facilitada e clara dos prazos de validade e demonstração da quantidade em estoque. Para resolução destes problemas, o seguinte trabalho tem como objetivo propor o desenvolvimento de um Software Desktop que proporcione facilidades para monitorar a movimentação dos EPIs dentro de uma organização.

Palavras-chave: Leis trabalhistas, apuração, segurança.

INTRODUÇÃO

Quando o homem começou a desenvolver técnicas que o auxiliava no desenvolvimento de atividades do dia-a-dia, surgiu então novas tecnologias para o desempenho destas tarefas. Contudo, estas inovações proporcionaram máquinas de grande porte, com potência extraordinária. Além deste aspecto, a mão de obra barata permitia ao ser humano se expor a fatores altamente mal higienizados e sem uma alimentação saudável. Com todos estes problemas, acidentes de trabalho tornaram-se rotina nas empresas, porém após alguns anos e com a perda de vários funcionários qualificados que morreram por condições ruins de trabalho, houve a criação de normas que defendiam os direitos trabalhistas e neste momento, o equipamento de proteção individual tomou espaço, visto que o mesmo pode evitar acidentes fatais em praticamente todos os segmentos.

De acordo com Machado (2010), com a revolução Industrial na Inglaterra, na segunda metade do XVIII, surgiram os problemas relacionados à segurança e medicina no trabalho. Além deste aspecto, havia intensa exploração da mão de obra barata constituída principalmente por crianças e adolescentes de orfanatos, sendo mal alimentados e residindo em barracões sem nenhuma higiene. Contudo, as epidemias causadas por maus tratos a estas crianças, se alastraram por todo o país, e somente assim o parlamento inglês em 1802 promulgou a primeira Norma Regulamentadora do mundo sobre a segurança do homem no trabalho. No Brasil, a preocupação com a segurança no trabalho somente veio à tona em 1943, com a publicação do Decreto Lei nº 5452, consolidando as leis do trabalho e tratando no capítulo V sobre a Segurança e Medicina do trabalho.

Com a ampliação das leis brasileiras e surgimento de novas Normas Regulamentadoras, decretos e portarias, cria-se um nome para todos os equipamentos para suporte e proteção contra acidentes, o EPI – Equipamento de Proteção Individual, presente na norma regulamentadora nº 6 que somente foi aprovada no ano de 2001. Após a criação desta NR houve vasta transição do Equipamento de Proteção Individual no Brasil, com a finalidade de torná-lo obrigação de todo empregador e conseqüentemente do trabalhador. Neste sentido, a norma obriga à empresa a se responsabilizar pelo fornecimento gratuito de todos os EPI's necessários a saúde e segurança de seus funcionários, além do cumprimento das leis que lhe

forem impostas sobre as medidas de segurança e orientação dos empregados com relação à utilização e fiscalização de seus EPI's.

Segundo Mallet e Fava (2009), assim como o empregador, o empregado também deve cumprir normas relacionadas à segurança em seu ambiente de trabalho. Este é obrigado a atentar às normas de segurança e medicina do trabalho e a colaborar com a utilização dos EPI's. A rejeição sem justificativa a estes preceitos constitui ato faltoso do funcionário.

Segundo Iida (2005, p. 451) Após a divulgação de equipamentos que pudessem assessorar o trabalhador no que diz respeito à segurança no trabalho, surgiu à necessidade de se regulamentar as monitorias internas de segurança nas empresas. Em 1.999 começa a se exigir das organizações com mais de vinte funcionários a criação de comissões que regulassem e se mantivessem atentas a utilização dos equipamentos de proteção individual de seus empregados. Essas comissões são chamadas de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, e são formadas por representantes legais e funcionários, independente de cargo, mas por eleição interna. Neste contexto, os eleitos devem ter a responsabilidade de se reunir pelos menos uma vez ao mês e sempre que ocorrer algum acidente, auxiliando a empresa na tomada de decisões seja elas preventivas ou corretivas.

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego (2001, NR nº 6.5) com a existência da CIPA, surgiu grande motivação para a invenção de um órgão interno da empresa, que trabalhasse juntamente com a CIPA no auxílio a proteção contra acidentes de seus colaboradores. Neste sentido, criou-se o SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho, que é o responsável pela entrega dos EPI's corretos aos trabalhadores, conforme a necessidade do cargo.

Segundo Iida (2005, p. 443, 444) Os EPI's são fontes de melhorias no ambiente de trabalho em se tratando de segurança. Contudo, os problemas causados pelo seu uso incorreto chegam a ser irremediáveis, pois se o equipamento ficar grande ou pequeno demais pode causar incômodos nos membros onde estão afixados ou até fatalidades.

Afirma-se então, que os equipamentos de proteção individual, são agentes que atuam prioritariamente como protetores de atividades que submetam pessoas a qualquer índice de risco, desde um pequeno, até riscos de morte. Contudo é de extrema importância a cautela quanto ao uso adequado, e quanto à supervisão destes. É expressamente importante a observância se o equipamento de proteção individual é ideal para a atividade e usuário para o qual será destinado, e nos casos de reutilização dos EPI's deve-se averiguar se ele se encontra em boas condições de uso. Sendo o empregador e o empregado obrigado a conhecer as utilidades de cada EPI, além de haver o treinamento especial, caso seja necessário.

O conteúdo relacionado a este trabalho foi concebido através de pesquisas teóricas, baseadas em métodos pré-existentes sendo fundamentada em livros, artigos e buscas online.

O projeto será desenvolvido em linguagem Java, pois é a linguagem trabalhada no decorrer do curso de Sistemas de Informação, na Universidade Estadual de Goiás – UEG, unidade Universitária de Santa Helena de Goiás, é uma linguagem atual, portátil, ou seja, é multiplataforma e tem preferência no meio acadêmico nesta universidade. Além desta, será utilizada a IDE – Integrated Development Environment, ou em português, Ambiente Integrado de Desenvolvimento – NetBeans, juntamente com a ferramenta de modelagem de dados JUDE, pois é uma ferramenta poderosa para UML e é disponibilizada como software livre. E finalmente, será utilizado o banco de dados Postgres, pois assim como a linguagem Java, foi o banco de dados estudado no decorrer do curso de Sistemas de Informações, na UEG, unidade de Santa Helena de Goiás, sendo este um software gratuito.

Os resultados que possivelmente o software proposto para poderá trazer será colaborar com a manutenção preventiva do estoque e das tarefas que englobam desde a

aderência ao EPI até que o mesmo seja descartado, fazendo o acompanhamento de sua vida útil.

CONCLUSÃO

Com o decorrer dos anos, as questões relacionadas à segurança no ambiente de trabalho demonstraram resultados alarmantes, visto que os maquinários tornaram-se maiores e poderosos, fazendo com que os riscos ocupacionais crescessem grandiosamente. Para amenizar estes problemas criaram-se os Equipamentos de Proteção Individual e em seguida a norma regulamentadora nº 6, que informa as necessidades de utilização do EPI. Todavia as organizações na maioria dos casos, não conseguem manter o controle exato de quantos destes existem em estoque, para quais funcionários estão sendo designados, dentre outros problemas, então o software para controle e gerenciamento de equipamento de proteção individual possuirá a função de auxiliar e monitorar as movimentações dos Equipamentos de Segurança.

REFERÊNCIAS

IIDA, Itira. **Ergonomia: Projeto e Produção**. 2ª Edição. São Paulo: Blucher, 2005. 592 p.

MACHADO, Bertholdo Klinger. **Introdução a Engenharia de segurança: Histórico**. Ano 2010. Disponível em <<http://professorbertholdo.br.tripod.com/bertholdo38.html>>. Acesso em: 12 de março de 2011.

MALLET, Estevão; FAVA, Marcos Neves. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 15ª Edição. São Paulo: Rideel, 2009. 591 p.